

ACTA N.º 24
MANDATO 2005/2009

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano dois mil e oito, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, reuniu-se a Assembleia Municipal de Valongo, em Sessão Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Intervenção do público; -----

2. Período antes da ordem do dia; -----

2.1 Assuntos gerais de interesse para a Autarquia; -----

Ordem do Dia: -----

1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2008-09-30; -----

2. Discutir e votar propostas da Câmara Municipal sobre: -----

2.1 Orçamento e Grandes opções do Plano, para o ano 2009; -----

2.2 Orçamento e Grandes Opções do Plano dos SMAES, para o ano 2009; ----

2.3 Mapa de Pessoal para o ano 2009; -----

2.4 Actualização da tabela de taxas anexa ao regulamento da liquidação e cobrança de taxas relativas à realização de operações urbanísticas de edificação e urbanização, para o ano 2009; -----

2.5 Actualização da tabela de taxas pela concessão de licenças e prestação de serviços municipais, para o ano 2009; -----

2.6 Cemitério de Luriz – Celebração de protocolo entre a Câmara Municipal de Valongo e a Junta de Freguesia de Campo; -----

2.7 Proposta de adesão do Município à Entidade de Turismo do Norte, designada por: “Turismo do Porto e Norte de Portugal”; -----

2.8 Delegação de competências nas Juntas de Freguesia para reparação e conservação de edifícios escolares; -----

2.9 Delegação de competências nas Juntas de Freguesia para conservação e limpeza de valetas, bermas, caminhos e colocação de sinalização toponímica; -----

3 Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, o Senhor Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós e os Senhores Vereadores Mário Armando Martins Duarte, Paulo Miguel da Silva Santos, Maria José Baptista de Moura Azevedo, António Augusto de Magalhães Gomes, Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre e Jorge Manuel Gonçalves Videira. -----

Verificaram-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Diomar da Silva Ferreira dos Santos e

Henrique Jorge Campos Cunha, tendo sido substituídos, respectivamente, por Maria esmeralda Correia de Carvalho e Alexandre Manuel da Silva Teixeira. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** convidou o Deputado José Fernando Santos Castro para a Mesa a fim de substituir o Primeiro secretário Henrique Jorge Campos Cunha. -----

De seguida deu a palavras aos Munícipes que pretendessem intervir não se tendo verificado intervenções. -----

Seguidamente deu a palavra ao Deputados que pretendessem intervir no Período Antes da Ordem do Dia. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** começou por falar sobre o atravessamento da A4, em Valongo, projecto polémico sobre o qual já tiveram oportunidade de falar em anterior Assembleia, pretendendo saber se existe alguma informação sobre o ponto de situação do mesmo. -----

Perguntou de seguida qual o ponto de situação quanto à inexistência de barreiras acústicas no troço da A4 que atravessa a cidade de Valongo. -----

Questionou de seguida quais as diligências que a Câmara tomou quanto aos problemas existentes no Novo Centro de Saúde de Ermesinde. -----

Perguntou, ainda, quais as diligências que a Câmara tomou relativamente à protecção a peões das Estradas Nacionais 209 e 15. -----

A Estrada Nacional 209, muito utilizada por crianças que se deslocam para a Escola, e a Estrada Nacional 15 mas utilizada por questões de religiosidade e a peregrinação à Santa Rita, duas situações que pela inexistência de soluções básicas como passeios criam alguns problemas de segurança. -----

Terminou dizendo que parece que está em cima da mesa um protocolo, portanto um compromisso, que desta vez pensam que seja inultrapassável, pois já houve outros que foram ultrapassados, relativamente à passagem inferior de Miguel Bombarda, assunto sobre o qual pretendiam saber qual o ponto de situação, bem como o que se pode esperar em termos de prazos. –

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.1. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a leitura de uma Moção que se anexa à presente acta como Doc.2. -----

Fez de seguida a leitura de uma segunda Moção que se anexa à acta como Doc.3. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Monteiro**, agradeceu a todos o apoio que lhe foi dado. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** começou por dizer que acerca de um ano apresentou um Requerimento à Câmara Municipal sobre um Stand junto à Avenida Joaquim Ribeiro Teles, que estava a ocupar parte da via pública. -----

Passados dois ou três meses recebeu uma resposta da Câmara a informar que na apresentação do projecto tinha havido um engano por parte dos técnicos da Câmara o qual ia ser rectificado. -----

Em Setembro, visto o assunto ainda não estar resolvido voltou a questionar a Câmara, na Assembleia Municipal, não obtendo resposta. -----
Passado um ano volta a fazer a mesma pergunta, pois o que aconteceu foi o contrário, o stand pecava por defeito, ou seja tem mais espaço ocupado na via pública. -----
Perguntado se a legalização do projecto que estava errado, está agora legalizado com o aumento do Stand. -----
Disse de seguida que relativamente ao parque de jogos do Ermesinde Sport Clube, segundo notícias, o mesmo foi arrematado por uma empresa detentora de uma cadeia de hipermercados. -----
Perguntando à Câmara se era verdade e se tinha conhecimento do terreno se encontrar a leilão, caso tivesse conhecimento quais as diligências que tomou sobre o assunto, assim como sendo um terreno para equipamentos não poderá ser de especulação imobiliária. -----
Disse de seguida que sendo assim é o segundo clube no concelho que fica sem parques de jogos, para a prática do futebol. -----
Terminou perguntando se a Câmara confirma que o terreno foi arrematado por um empresa detentora de hipermercados e se o estatuto do terreno é para manter como equipamentos, ou se vai ser alterado o estatuto. -----
O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** começou por dizer que relativamente ao alargamento da A4 desde a altura em que a Câmara manifestou a sua discordância quanto ao projecto apresentado, solicitaram que a EP retomasse o estudo anterior, que passava por um desvio da actual auto-estrada, e desde essa altura ainda não obtiveram qualquer da EP e da BRISA, sobre a matéria. -----
Relativamente ao Novo Centro de Saúde de Ermesinde, objecto de várias recomendações na última Assembleia Municipal, tudo a que a Câmara se comprometeu na altura foi feito. -----
Disse, ainda que a Câmara reformulou os sentidos de trânsito na zona, contactou os STCP a quem apresentou uma alteração à carreira 704, sobre o que já obtiveram confirmação, estando programada a alteração da carreira 704 para o início de Janeiro. -----
Quanto à protecção a peões para as Estradas Nacionais 209 e 15, para a Estrada Nacional 15 foi feito um projecto de construção de passeios ao longo da mesma, entre o Alto da Serra e a Santa Rita. -----
Relativamente à elaboração do projecto demorou algum tempo, tiveram algumas reuniões com a EP, no sentido de estabelecer algum critério de formulação do mesmo, estando de momento a aguardar que a EP se pronuncie, assim como solicitaram a participação da EP na execução da obra, pois trata-se de uma Estrada Nacional e é uma questão de segurança para os peões. -----
Quanto à Estrada Nacional 209, fizeram um ofício à EP a chamara à atenção para a necessidade de construção de passeios, bem como para que a obra seja participada pela EP. -----

Disse de seguida que, relativamente à passagem inferior de Miguel Bombarda ao fim de três anos receberam, na passada semana, a confirmação do acordo técnico financeiro para a participação da obra. ----

A obra já se encontra entregue, há três anos, não havendo obstáculos por parte da empresa a quem a obra foi entregue, pois nos concursos as empresas são obrigadas a manter as propostas durante um determinado período de tempo, tendo já passado três anos, caso não haja obstáculos a obra poderá iniciar no início do próximo ano. -----

Quanto à questão do Stand irá transmitir o assunto ao Vereador do Urbanismo. -----

Relativamente ao parque de jogos do Ermesinde, é uma situação que não tem a ver directamente com ele, mas informou que não houve alteração ao PDM, assim não tendo havido alteração ao PDM o estatuto do terreno mantém-se como equipamentos. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** informou que relativamente à hipotética venda do terreno do parque de jogos do Ermesinde, que tenha ocorrido, oficialmente a Câmara não tem conhecimento. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a admissão da Moção anexa à presente acta como Doc.3, sendo admitida por unanimidade. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que relativamente à Moção em discussão esta se prende com uma Lei aprovada pela Assembleia da República, na sua opinião o contexto seria de uma Recomendação à Assembleia da República para que seja alterado o teor da taxa. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** começou por dizer que entende a Moção embora considere que ela não esteja bem direccionada. -----

É da opinião que em vez de se propor que as empresas suportem a taxa de atravessamento, que sejam elas a pagar directamente, proporia que a taxa fosse eliminada. -----

Disse de seguida que empresa quês se preze, com contabilidade organizada faz reflectir todos os custos que suporta nos custos de produção, portanto indo influenciar os preços dos produtos que vende. -----

Assim, os contribuintes irão continuar a pagar a taxa, se não for de uma maneira é de outra, pois não existe forma eficiente de intervir nas empresas para que isso não aconteça. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que para o Bloco de Esquerda o problema não é a taxa, mas sim a Lei que não protege o consumidor final. -----

Assim, não há que alterar a taxa, mas sim o capítulo em que não define correctamente que as empresas devem pagara directamente a taxa, e não deixar em aberto situações que permitam às empresas cobrar ao consumidor final. -----

Se as empresas não cumprem a Lei, e de qualquer forma fazem repercutir no

consumidor final os valores que possam pagar, então há que regular a actividade das empresas e fazê-las cumprir com o que está estipulado. -----
Disse de seguida que o objectivo da Moção è ser enviada à Assembleia da República no sentido de sensibilizar esta para que a Lei seja alterada, de forma a ser paga directamente pelas operadoras de telecomunicações, e não pelos consumidores finais. -----

No caso de optarem por acabar com a taxa, é remeter para as empresas que utilizem o solo público sem pagar ao Estado aquilo que é obrigatório.

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** começou por dizer que, em primeiro, se deve analisar se faz ou não sentido que a utilização por parte de empresas privadas de um bem público seja cobrado pela Autarquia, de seguida têm que ver qual o melhor mecanismo, e mais justo. -----

Disse de seguida que na sua opinião as empresas devem pagar esse serviço, pois o sub solo é um bem público, e a taxa deve existir. -----

A forma como a Lei foi criada não tem um mecanismo de fiscalização correndo-se o risco do dinheiro que sai do bolso dos contribuintes não chegar à Autarquia. -----

Continuou dizendo que as empresas introduzem no cálculo dos custos dos serviços que prestam todos os factores de produção que tenham que pagar durante uma ano para colocar as infra-estruturas, sendo que nem a Assembleia Municipal, nem a Assembleia da República podem fixar a margem que uma empresa privada pode obter. Assim, é impossível garantir que o valor vai ser pago directamente pela operadora, sem repercussão no consumidor final.-----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a Moção anexa à presente acta como Doc.3, sendo aprovada por maioria com 16 votos a favor sendo treze votos a favor do Grupo Municipal do PS, um voto a favor do Grupo Municipal do B; um voto a favor do Grupo Municipal da CDU, um voto a favor da Presidente da Assembleia Municipal, e quinze abstenções sendo treze abstenções do Grupo Municipal do PSD, uma abstenção do grupo Municipal do CDS e uma abstenção do Deputado José Manuel Pereira Ribeiro. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** explicou que votou abstenção porque, na sua opinião estão confrontados com uma situação típica de desvio de análise em relação àquilo que parece mais correcto, e que na prática pode ser o mais incorrecto para o consumidor final. -----

Pensar em obrigar as empresas a pagar directamente uma taxa sem que isso se reflecta no consumidor final considera que é pura ilusão. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a admissão da Moção anexa à presente acta como Doc.2 sendo admitida por unanimidade. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** começou por dizer estar de acordo que se tomem medidas contra esse flagelo da sociedade, a violência doméstica quer sobre os homens, quer sobre as mulheres e as crianças. -----

Embora, exista uma questão que é importante, a violência doméstica acontece dentro de casa, quando aparece na comunicação social em episódio em que morre alguém, ouve-se da vizinhança que nada o fazia prever, bem como é impossível que haja um Polícia em todas as ruas para evitar esses actos. -----

Disse, ainda, concordar que se tomem medidas em todos os sectores, não só nas Autarquias e no Governo, mas gostava que o Deputado do Bloco de Esquerda, que propões a Moção, desse algumas dicas para a nível Municipal o que se deve fazer. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** disse que o mais grave e preocupante é que a violência doméstica parte de todos os extractos sociais, já não é uma questão de cultura e educação, tem outras raízes que se calhar se vão agravar nos próximos tempos. -----

Disse de seguida que não vê meios a nível Municipal para que se possa estabelecer um plano eficaz para acabar com o flagelo, até porque muitas das violentadas são as primeiras a tentar esconder à sociedade pelo que passam. -----

Disse, ainda, que gostava de saber como se implanta a nível Municipal um plano eficaz para terminar com o problema, pois a nível Municipal não se pode implementar Leis que proibam determinados excessos. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** começou por colocar uma questão à Câmara relativamente ao Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valongo, em que num dos seus eixos uma das medidas específicas é aumentar o apoio às situações de violência familiar até ao final de 2008. -----

Assim, gostaria de saber o que foi feito até ao final de 2008, conforme proposto pelo Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valongo. ----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto das Neves Poças** começou por dizer que já existe um plano, a nível nacional, relativamente ao combate à violência doméstica, no âmbito do Ministério da Administração Interna através da Polícia. -----

Embora o problema se passa no meio familiar existem incentivos à divulgação desses casos, para que as pessoas se possam defender. -----

Disse de seguida que a situação poderá passar mais pela divulgação das medidas que existem do que pela criação de um plano Municipal. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que o que a Moção propõe e recomenda ao Executivo é que em conjugação com as Organizações que trabalham na área, se elabore um plano Municipal eficaz no combate à violência doméstica. -----

Disse de seguida que o Bloco de Esquerda não tem uma varinha mágica que abane e apareçam as soluções, propõe sim a Câmara juntamente com as Organizações, que trabalham na área, elabore o plano. -----

A nível nacional compete ao Governo, agora têm que sensibilizar mais as Entidades para o problema, pois os números são drásticos e merecem

preocupação. -----
Considera que só o diálogo e a discussão com as Organizações que trabalham na área, que deve levar a Câmara a juntamente com elas elaborar um plano de trabalho no sentido de melhorar, embora a Câmara já tivesse feito alguma coisa, como a Associação Vida. -----
Terminou dizendo que perante o aumentar dos números se deve fazer alguma coisa. -----
O Senhor **Deputado Alexandre Manuel da Silva Teixeira** começou por dizer que é sensível à questão, bem como outras questões de desamparo social. -----
Disse de seguida que o que o Bloco de Esquerda faz é uma recomendação ao Executivo, que apoiam, que em conjunto com as Organizações elabore um plano municipal, mas o quê em concreto? -----
Na Moção é dito que no último ano quase 14% foi o aumento de denúncias, mas considera um assunto muito complicado de tratar, pois normalmente o problema fica na esfera íntima das pessoas. -----
Disse, ainda, que se tem que tentar descobrir onde se encontram os focos, para depois diagnosticar e serem dadas condições às pessoas para saírem dessa vida, tendo a Câmara Municipal de Valongo uma instituição criada para dar apoio às mulheres desfavorecidas e desamparadas, que muitas vezes estão financeiramente dependentes do outro. -----
Terminou dizendo que é solidário com a ideia da proposta, quanto à forma como está redigida tem algumas reservas. -----
O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** disse que, na sua opinião, a ideia do Deputado José Manuel Ribeiro distorceu um pouco a questão, pois pelo que entende sobre o proposta na Moção é para que não hajam vitimas, e o que o Deputado José Manuel Ribeiro falou foi no apoio às vitimas que existem, e isso já está no terreno. -----
O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que o problema em questão é uma realidade a nível do país, que existe no concelho de Valongo e em todos os Concelhos, que tem que ser combatida. -----
Disse de seguida que o proposto é que todos trabalhem no combate do problema, quando se fala em eficaz, os resultados podem não ser de 100%, mas se forem de 50% é sempre eficaz. -----
O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** começou por dizer que na Moção consta que: “São dados que apontam para um significativo aumento da violência doméstica contra mulheres. E os dados conhecidos mostram que o nosso concelho não escapa à situação geral”, assim gostava de saber quais são os dados referentes ao concelho de Valongo em que não escapa à situação geral. -----
O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que no concelho de Valongo também já foram mulheres assassinadas, embora não tendo os dados relativos ao Concelho, é uma situação real. -----
O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** começou por dizer que

não se pode ir à Assembleia com uma temática que apanha uma percentagem, pequena, do eleitorado tipicamente do Bloco de Esquerda, apresentando uma Moção pouco fundamentada. -----

Relativamente ao Plano do Desenvolvimento Social do Concelho de Valongo definia há quatro anos, quando foi construído, um conjunto de indicadores importantes para eles, pois estão num espaço político de fiscalização ao Executivo. -----

Disse de seguida que o plano tinha três eixos, criar o Gabinete de Atendimento, Acompanhamento e Informação, que foi criado, um Refúgio para as Vítimas de Violência Familiar, que julga já ter sido criado, e fazer o estudo do fenómeno no Concelho. -----

Terminou dizendo que deveriam ter esses números para fundamentar as propostas. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que o que a recomendação faz é recomendar à Câmara que se aplique mais no combate à violência doméstica. -----

Quando o Deputado José Manuel Ribeiro diz que o assunto abrange franjas de um eleitorado tipicamente do bloco de Esquerda, isso não é nada, mas sim mostra a preocupação do Bloco de Esquerda sobre um problema sensível. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** disse que visto o Deputado José Manuel Ribeiro já ter identificado os três eixos que compunham o Plano de Desenvolvimento Social, no que toca ao Centro de Apoio à Vítima, e ao Gabinete que foi criado, oportunamente fornecerá os números que foram solicitados. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação a Moção anexa à presente acta como Doc.2, sendo aprovada por unanimidade. -----

De seguida fez a leitura de uma carta enviada à Assembleia, pelo Sporting Clube de Campo, que se anexa à presente acta como Doc.4. -----

Colocou seguidamente à discussão o ponto 1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2008-09-30, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e aprovado por maioria, com vinte e nove votos a favor e duas abstenções em virtude de não terem estado presentes na reunião. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.1 Orçamento e Grandes opções do Plano, para o ano 2009. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.5. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.6. -----

O Senhor **Deputado Alexandre Manuel da Silva Teixeira** começou por dizer que, durante o ano de 2008, nomeadamente a partir do meio do ano, uma crise económica financeira e social de dimensões ainda desconhecidas

abateu-se sobre as economias mundiais. -----
Neste momento a crise só pode ser comparada, em muitos dos seus aspectos, à que aconteceu nos Estados Unidos da América nos anos 1929 e conhecida como a Grande Recessão. -----
Na Europa e, nomeadamente, em Portugal a crise, apesar dos esforços de diversos Governos, continua a desenvolver-se prevendo-se que em 2009 atinja o seu ponto mais alto para alguns, para outros só em 2010 esse pico irá acontecer. -----
Não podem esquecer que em Portugal a crise é agravada pela situação económica em que Portugal já estava a divergir dos restantes países europeus. O que tem conduzido a grandes dificuldades quer por parte das empresas quer por parte dos cidadão, quer ainda para as associações de carácter social, desportivo, recreativo, que nos diversos concelhos do País exercem a sua meritória actividade, de carácter voluntário e quase todas as vezes com esforço pessoal de cada um dos envolvidos. -----
Há alguns dias o Presidente da Associação de Municípios Portugueses anunciou uma série de medidas, de carácter social e económico, para o ano 2009, de ajuda às famílias, e às empresas por parte dos diversos Municípios, quer a nível das taxas que incidem sobre os cidadãos e famílias, quer sobre as que incidem sobre as empresas. -----
Na Câmara Municipal de Valongo nada disso foi feito, o Plano de Opções e Orçamento passa por cima de todas as preocupações, sem sequer uma palavra sobre as dificuldades que se abatem sobre os munícipes e as empresas. -----
Dificuldades que irão aumentar durante o próximo ano, aliás preocupação já expressa pelo Deputado do CDS/PP na anterior Assembleia Municipal, a de Setembro, nessa altura a pesar de ter uma coligação com o PSD, que ainda tem, e estar há altura integrado nesse Grupo Municipal, votou contra a incidência da derrama para 2009 sobre as empresas de Valongo. -----
O CDS/PP de Valongo foi, ao longo dos últimos 15 anos, um parceiro leal do Executivo liderado pelo PSD, nos primeiros anos com uma coligação mais ou menos informal, sendo que nos dois últimos anos a coligação foi absolutamente formal. -----
No mínimo só pode lamentar a maneira como foi tratado na elaboração do Orçamento, como aliás folga em saber, com tristeza, que foi esse o tratamento para a restante oposição. -----
Disse que recebeu um telefonema por parte do Executivo Camarário três dias antes da apresentação da proposta ser enviada à Assembleia Municipal, a convidar a ter uma reunião com o Senhor Vice-Presidente, para explicar o Orçamento, que já estava feito, mas pelo menos houve essa disponibilidade. Mas, a proposta não foi sozinha, foi acompanhada do comentário – “Para cumprir o direito de audição com a oposição” – ficaram muito admirados, pois julgavam que era, parceiros e não oposição do Executivo. -----
Pediram-lhes que fossem à Câmara numa terça, ou quarta, quando lhes

desse jeito, quando pretenderam agendar uma reunião, na quarta-feira da semana que passou, pelas 17 horas, foram informados que tal não seria possível por não haver disponibilidade, assim encerrou a audição. -----

Quanto ao Orçamento uma vez mais não é o Orçamento do CDS/PP de Valongo, naturalmente não se revêem nele. -----

É um Orçamento que continua a ter em atenção obras e mais obras, e nem uma palavra, uma verba que seja de ajuda aos munícipes em dificuldades, nem ajuda às empresas que desenvolvem a sua actividade no Concelho, nem tão pouco às associações que desenvolvem a sua meritória actividade.

Quanto ao Orçamento, enquanto se agrava a crise estão a discutir um bocado problemas de mercearia, e há questões a levantar, como: -----

O apoio às empresas e às pessoas do Concelho que estão a atravessar grandes dificuldades, e que se vão agravar ainda no próximo ano? -----

As ajudas às associações do Concelho, que ouviram na companhia de muitos deputados, e se queixaram? -----

Foram tidos em conta os relatórios elaborados pela Assembleia, sobre o apoio que deve ser prestado aos bairros sociais do Concelho? Nomeadamente o seu enquadramento na malha das povoações de onde estão inseridos? -----

Foi tido em conta a devolução da derrama às empresas em dificuldades? -----

Foi tido em conta a devolução de parte do IMI aos jovens, e aos desempregados que não podem pagar as prestações das suas habitações? -

Foi estudada a possibilidade de baixar a taxa do IRS, que é permitido por Lei direccionar essa medida para as famílias que atravessam grandes dificuldades? -----

Foi estudada a possibilidade das cantinas sociais, como muitas recentemente foram criadas noutros munícipes, há alguma proposta nesse sentido? -----

Na elaboração de um Orçamento em tempo de crise devem ajudar as pessoas e as famílias, essas estão em primeiro de quaisquer ambições. -----

O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Pereira** começou por dizer que com surpresa antes de se levantar teve a sensação de que caiu algum extra terrestre, na Assembleia. -----

Discutido o Orçamento, com algumas intervenções, nomeadamente a última, não lhe parece que estejam a discutir o mesmo documento, pois ele obedece às considerações técnicas do POCAL. -----

Disse de seguida que o Governo tinha sido confrontado com a não aprovação, pelo Tribunal de Contas, relativamente a algumas costuras que foram feitas no domínio das Contas Públicas. -----

Quanto ao documento em discussão no Plano Plurianual de Investimentos, PPI, em que aponta as funções gerais, económicas e sociais, apenas nomeia o que é relevante. -----

O Plano Plurianual de Investimentos vem citando o tipo de obras cujas dotações são diferentes consoante o seu grau de execução. -----

Por outro lado é proibido a um executivo que não pode escolher, o Executivo

da Câmara com aquilo que ultimamente foi sujeito, diminuição de receitas próprias, transferências do Poder Central diminuídas, algumas criadas que só farão efeito daqui por dois ou três anos, estando este ano algumas delas a fazer efeito. -----

Durante a vigência deste executivo deu-se uma Lei forte de Finanças Locais, que limitou muito os meios, nomeadamente em receitas de capital, para fazer uso para bem dos munícipes de Valongo, fazer obra que se veja, antes e no ano de eleições. Não é só no ano de eleições que estala a crítica, porque nos três, quatro anos do Executivo foi apresentando sempre o seu Orçamento, sem maquinações, com dificuldades de interpretação, tecnicamente perfeito, politicamente não manhoso, mas se calhar insuficiente para o que o próprio Executivo queria e se propunha fazer. -----

A Lei das Finanças Locais foi atacada por todos aqueles que têm responsabilidades no Executivo, com o apoio de muitas Assembleias Municipais, com Elementos afectos ao Governo, que realisticamente, honestamente criticavam as limitações do Governo em matéria de Finanças Locais. -----

Disse de seguida se é possível haver honestidade intelectual e política e o Orçamento da Câmara de Valongo, só porque a Câmara de Valongo é maioritariamente do PSD, não querendo que se tire mérito do Orçamento, porque se considera hipotético aquilo que é muito provável de acontecer. -----

Continuou dizendo que o Deputado Casimiro Sousa sabe que a nível da Junta Metropolitana e do Governo não são hipotéticas receitas. -----

Quando foi dito para as Câmara para arranjam os terrenos que eles colaboravam num dos segmentos mais importantes da política do Concelho, de acabar as estruturas do ensino básico e infantil, do primeiro ciclo. Valongo fica com estruturas capazes de garantir a todos os munícipes, que para além de crianças para além dos três anos fiquem com refeições, com ensino, coisa com que sonhavam há muitos anos, e não tinha sido possível. -----

Disse de seguida se vão estar a fazer chicana política, reivindicando para o mérito de 100% que não tem, discutir percentagens numa coisa tão importante, que vai dar resposta inclusivamente contra a violência doméstica.

O Orçamento está tecnicamente perfeito, mas politicamente defeituoso, por ser politicamente defeituoso para a oposição que ele é manhoso. -----

O Orçamento detalha no Plano Plurianual todos os tipos de despesas, compartimentadas ao longo dos anos, e nas actividades mais relevantes evidencia que, nas gerais é um milhão setecentos e oitenta e dois, nas sociais vinte e quatro milhões seiscentos e noventa e dois e nas económicas quinze milhões setecentos e vinte. -----

Não se desvia, não tem verbas, apenas apresenta a magreza dos números, não pode é haver acusações de algo que o Executivo, politicamente, pode ser acusado, é sobre as críticas de que o direito de oposição não foi respeitado, ou foi deficientemente respeitado.

Dizer que se despedem como se fosse um atentado ao bom senso político,

interrogasse se estão a discutir o Orçamento ou a discutir as partes negativas com que o Orçamento foi filmado. -----

A Câmara Municipal de Valongo não inventou, nem subtraiu nada, a Câmara Municipal de Valongo tem que continuar a garantir o serviço público habitual, tem que colaborar com o Poder Central na descentralização das tarefas, para bem dos munícipes, cabendo a maior fatia à educação, para erradicar as insuficiências ao nível da educação no Concelho que cresceu mais 16,000 pessoas em relação às que o executivo encontrou há alguns anos. -----

Mas, a educação é apenas a continuidade daquilo que o executivo já fez no domínio da água, do saneamento básico, dos terrenos para as escolas numa primeira fase, os pavilhões, a habitação, os equipamentos de saúde, o parque habitacional social, que foi transferido na totalidade, os equipamentos para a actividade física e desportiva a juntar aos equipamentos culturais e de lazer, assim á Câmara Municipal de Valongo pouco resta para escolher. -----

O peso dos imprevistos de que se falou, e até se citou a história de há um século atrás, não é o peso dos imprevistos do século anterior, é o peso dos imprevistos actuais. São superiores às condicionais de matriz interna, as tais necessidades de que o Executivo tem que fazer uso para levar por diante as suas obrigações de serviço público. -----

O relevo à vertente política deve ser realista, deve ser pragmática, já que nenhum Executivo devia ser punido por querer mais e melhor para os munícipes. -----

Se o Executivo aceita para pôr a hipotética receita de 30 milhões de euros, para gastar em equipamentos de educação, para a qual já se endividou a própria Câmara, portanto não estão a brincar com projectos. -----

O Senhor **Deputado Alexandre Manuel da Silva Teixeira** desse não saber se a do extra terrestre foi para ele, com certeza que não, pois alguém que viajava na mesma nave que ele viajou, até ao mês que passou, se não é marciano não sabe que será. -----

Já gastaram muitas horas, muitos minutos ao longo dos anos, alguns algumas dezenas de anos, já tiveram momentos mais simpáticos, menos simpáticos, mais cordiais e alguns mesmo mal educados, mas uma das responsabilidades que a Mesa tem é justamente de aferir de bom tom da linguagem usada na Assembleia. -----

Disse de seguida que as razões que existem para se aprovar ou reprovam um orçamento são de números, e quanto aos números o Deputado Jerónimo Pereira percebe pouco, porque de 1453 até agora não passou um século, já passaram seis. -----

Quanto à questão política, e quanto à questão de fundo, não foi dito que não se tinha obedecido ao direito de oposição, mas sim que os reduziram ao direito de oposição, e a oposição. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a leitura de um documento que se anexa á presente acta como Doc.7. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** começou por dizer que

relativamente ao documento em discussão o Presidente da Câmara está preso às opções do passado, o que é nítido no documento. É um documento para o futuro mas que trás passado e tem presente. -----

Assim, quando discutem o documento podem introduzir essa análise, o passado, o presente e aquilo que pretendem para o futuro, que é a parte que mais interessa. -----

O impacto do documento é aquilo que ele propõe à população do Concelho, que não é a questão financeira, mas sim o impacto económico, em que é que vai melhorar a vida das pessoas, das empresas, das organizações. -----

Em tempos já transmitiu que a Câmara não se preocupava para onde caminhava, não tem estratégia, nunca se preocupou em ter um plano estratégico, nunca se preocupou em discutir essas questões com a população. -----

Disse de seguida que o Senhor Presidente da Câmara, recentemente, proclamou a paixão pela educação, mas não pode só proclamar tem que demonstrar essa paixão. -----

Relativamente às AEC, Actividades Extra Curriculares, há três anos entraram em vigor em Dezembro, há dois anos em Janeiro, este ano em Dezembro, assim considera que a Câmara é um perfeito falhanço na área da educação.

Analisando o Plano do ano passado percebem que não era paixão, a educação, a educação é paixão porque o Senhor Primeiro Ministro, que é um homem verdadeiramente apaixonado pela educação, chamou os Presidentes de Câmara, das Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa, e disse-lhes têm aqui dinheiro para avançarem com a obra. -----

Disse, ainda, que o Senhor Presidente da Câmara tem, sistematicamente, dito o contrário, pois tem dúvidas se o Senhor Presidente da Câmara está a falar verdade quando diz que a Direcção Regional de Educação do Norte hostiliza a Câmara de Valongo, que não apoia.

Abordou de seguida a questão do investimento nos equipamentos de serviços para idosos, pois no Plano de Desenvolvimento Social do Concelho fazia-se um levantamento que, em 2004 a taxa de cobertura integral era de 6,7, o objectivo introduzido era 9,7 para este ano, o objectivo no Plano de Desenvolvimento Social para este ano, no final de 2008, em relação à taxa de cobertura dos equipamentos para idosos apontava-se um crescimento de 3%, gostaria de saber o que foi feito. -----

Disse de seguida que a Câmara inscreveu para o ano uma verba, no Imposto Municipal sobre Imóveis, de 8 milhões 83 mil 360 euros, um crescimento de mais 18% em relação ao que inscreveu este ano. Tendo em conta o que foi a cobrança no ano 2007, que foi uma execução de 94%, 6 milhões 692 mil, significa que se aplicarem a mesma taxa de execução significa que a Câmara vai arrecadar 7 milhões 517 mil 524. -----

Com a última alteração, em sede da Assembleia da República, é possível fixar o IMI freguesia a freguesia, ser mais justo, pois é uma taxa que depende da vontade da Câmara e da Assembleia Municipal. -----

Considera que se trata de uma taxa injusta, pois permite que famílias com imóveis não avaliados paguem um valor, e aquelas que já têm os imóveis avaliados paguem outro, sendo certo que todos os anos aumenta. -----
Entregou de seguida um Requerimento à Mesa que se anexa à presente acta como Doc.8. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** começou por dizer que relativamente à última intervenção a Câmara Municipal de Valongo estaria a contar, dentro do aumento da capacidade de equipamentos para idosos, com a reabilitação que a Junta de Freguesia de Valongo fez na Escola Conde Ferreira, destinado a um Centro de Dia para Idosos, mas que depois não pôde ser utilizado nesse sentido, aí uma quebra com a qual não se contava. -----

Disse de seguida que relativamente à intervenção do Deputado Alexandre Teixeira não entendeu a questão da devolução da derrama às empresas em dificuldades, pois as empresas em dificuldades devem ter prejuízos, as empresas com prejuízos não pagam derrama. -----

Relativamente à intervenção do Partido Socialista, há uma variação pela positiva, não necessariamente uma variação positiva, de 18 milhões de euros relativamente ao Orçamento do ano passado, para impressionar os Municípios. -----

Disse, ainda que relativamente ao investimento no ensino estão a falar em 20 milhões de euros, tendo em conta esse investimento está plasmado no Orçamento, a expressão para impressionar os municípios considera desenquadrada. -----

Quanto a uma outra expressão utilizada pelo Deputado Casimiro Sousa - “dar como garantido o que está nas entranhas da galinha”, tanto quanto sabem o Governo os Presidente de Câmara, das Áreas Metropolitanas, aconselhando a que se fizesse investimentos em determinada área, com o cheque correspondente. -----

Portanto, esse dinheiro deve estar, vertido no Orçamento de Estado para 2009, que irá ser transferido para que as Autarquias possam fazer a obra. ----

Seguidamente disse que na sua opinião o concelho de Valongo tem dado alguns saltos qualitativos, numa primeira fase um salto qualitativo ligado a questões de higiene básicas, a questão da água e do saneamento, um salto qualitativo relativamente à habitação social, através da aposta da colocação em prática de eliminação de barracas e casas abarracadas, a construção de uma quantidade de equipamentos culturais e desportivos. Neste momento o Executivo elegeu como opção para o próximo salto qualitativo a questão da educação básica. -----

Podem não estar de acordo com as prioridades, eventualmente altera-las, agora ignorar esses saltos qualitativos parece-lhe um exercício um bocado violento. -----

Relativamente à frase que foi usada - “o não cumprimento do direito de oposição não tem sanções”, mas deixando no ar que tem sanções políticas, esclarecendo que defendem que os procedimentos a tomar devem ser os procedimentos que estão previsto. -----

Na intervenção como esse argumento foi guardado para o fim ficou a ideia, a sanção como não está prevista na lei, a sanção é política e é votar contra, tendo gostado mais da introdução que fez a CDU, que colocou o assunto no início e depois não deixou de falar sobre o documento. -----

O Senhor **Deputado António Artur dos Santos Pais** começou por dizer que 1% do IMI da Freguesia do Ermesinde dava-lha para construir o mercado, mas como não tem direito ao IMI tem que se sujeitar. -----

Disse de seguida que na Assembleia Municipal de Setembro, no Fórum do Ermesinde, falou sobre o problema do mercado de Ermesinde, tendo o Senhor Presidente da Câmara dito que relativamente ao mercado de Ermesinde era uma questão de estudo de ideias. -----

Na altura existia 55 mil euros programados para esse estudo de ideias, que desapareceram, e não sabe o porquê. -----

Continuou dizendo que para neste momento para o mercado de Ermesinde existe 5 mil para o ano de 2008, quando lá estavam 55 mil, para 2009 estão dotados, com os 5 mil do projecto de 2008, 10 mil euros para 2009 e 190 mil euros para 2010, contando para a elaboração do projecto 50 mil para 2009 e 25 mil para 2010, o que significa que em 2010 ainda vão estar com o projecto. -----

Assim, o que vê são 190 mil euros dotados ao mercado com o projecto até 2010. -----

Disse de seguida que ele e o Senhor Presidente da Câmara foram eleitos pela freguesia de Ermesinde, que lhes pediu responsabilidades e continuam com o problema do mercado por resolver. -----

No PPI, provavelmente não vão ter o mercado, e ter que aguardar mais algum tempo, mas devido ao investimento na educação, com que ele concorda, pois sem educação não há pão. -----

Disse, ainda que em três anos já houve tempo de se fazer alguma coisa relativamente ao mercado de Ermesinde, não totalmente já que os arquitectos não autorizam a alteração do mercado, mas o que é certo é que as pessoas se sentem desprotegidas lá dentro, quem lá vende e quem vai comprar. -----

Terminou dizendo que espera que o Senhor Presidente da Câmara faça alguma coisa no ano de 2009, pelo menos melhorar, substancialmente, o mercado de Ermesinde. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira pereira de Melo** começou por dizer que o Governo pediu às Autarquias a construção do pré-escolar até ao fim de 2009, para além dessa solicitação a Câmara de Valongo resolveu fazer todas as EB1 para cumprir com a Carta Educativa, para as quais já comprou os terrenos. -----

Disse de seguida que estão a fazer a requalificação da Bela, o refeitórios e várias salas de aula, estão a construir o Centro Escolar do Valado, a começar o Centro Escolar da Estação, fizeram os refeitórios da Escola André Gaspar, vão começar dentro de pouco tempo o Centro Escolar de Sonhos e a seguir o da Travagem. -----

Continuou dizendo que são dez novas escolas, e que se desta vez o Orçamento não for aprovado será dentro de pouco tempo, pois se não nem ele nem ninguém poderão permanecer na Câmara. -----

Se não fizerem as escolas, que são estritamente necessárias, o pré-escolar e as EB1, será uma tragédia, já têm candidaturas aprovadas, projectos prontos, terrenos comprados, só faltando a compra de dois terrenos. -----

Quando à questão do Deputado José Manuel Ribeiro relativamente à DREN, quando ele propôs à Senhora Directora Regional, em que disse que era oportuno e importante que as Autarquias assumam a sua quota parte de responsabilidade relativamente à transferência de competências no concelho ao 2º e 3º ciclos do ensino básico, carta também enviada a Senhora Ministra da educação e ao Senhor Primeiro Ministro. Relativamente a este assunto a Senhora Directora da DREN respondeu, que relativamente à transferência de competências no âmbito da educação, estão a aguardar informações por parte da tutela sobre o processo de transferência de competências, pelo que de momento o processo não está em agenda. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** disse que no Conselho de Ministros, que decorreu para as escolas, foi aprovado 500 milhões de euros para haver uma maior implementação dos Centros Escolares. -----

O que consta do Plano Plurianual de Investimentos, uma verba de 30,5 milhões de euros, são para escolas, requalificações escolares, aquisição de terrenos e equipamentos para as escolas. -----

Que disseram, e muito bem, que todo esse valor está ancorado em hipotéticas candidaturas que estão a ser aprovadas a nível do Quadro de Referências Estratégico Nacional, que a Junta Metropolitana do Porto, previamente, o terá negociado com a DREN e a CCDR. No sentido de todas as Autarquias que constituem a Área Metropolitana terem uma quota-parte devidamente atribuída e identificada. -----

Continuou dizendo que do que for aprovado nas candidaturas, mas como, também já referido, o Orçamento de Estado conterà todos os valores de modo a fazer face à despesa prevista, para todos os Municípios Portugueses levarem por diante as candidaturas. -----

Disse, ainda, que para além das escolas existe uma série de outras verbas que estão mencionadas, como a aquisição de bens e serviços, os valores que estão indicados pode parecer que reflecte um aumento aproximadamente de 5,7 milhões de euros, mas que estão identificados no Orçamento, e portanto nas despesas correntes. -----

Assim, têm novos contratos com a varredura do Concelho, a recolha de lixo,

a atribuição em concurso das áreas ajardinadas, manutenção e rega, equipamentos, mobiliário urbano, equipamentos e recolha de resíduos, e outros, uma verba que ronda os 7, 9 milhões de euros. -----

Uma outra verba de 4 milhões de euros, aproximadamente, com a valorização de espaços públicos, requalificação de áreas escolares, de recreios e uma série de outras valorizações de espaços públicos. -----

Relativamente ao Departamento de Educação, têm uma verba de 5,9 milhões de euros, só as refeições a fornecer aos alunos são de mais de 2,1 milhões de euros, as actividades extra curriculares, os transportes e outros diversos equipamentos desportivos, 1,6 milhões de euros, 580 mil euros e 595 mil euros. -----

Portanto, são verbas que pesam e levam ao aumento, mas as infra-estruturas, ou os equipamentos, do Concelho vivem com dessas verbas. -----

Referiu de seguida que relativamente à intervenção do deputado Alexandre Teixeira, gostaria de saber quem foi a pessoa que referiu o que ele disse na sua intervenção. -----

Relativamente à intervenção do Deputado José Manuel Ribeiro, disse que o valor que está inscrito no Orçamento para o IML, nos impostos directos e nos impostos indirectos, os Orçamentos têm de conter a média ponderada dos últimos 24 meses, que é o que consta. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** disse que relativamente à intervenção do deputado José Deolindo Caetano, onde referiu que existe uma série de obras importantes que não foram feitas, e que estão incluídas no Orçamento desde 2005, sendo que se referiu às seguintes obras: -----

Passagem desnivelada, estava dependente de um acordo técnico financeiro com o Estado, que demorou três anos. -----

A Via Distribuidora demorou mais de três anos, estiveram à espera que o Governo fizesse o projecto da ex IC24, para poderem avançar com o projecto. -----

O Viaduto da Igreja, obra sobre a qual recebeu um ofício da REFER sobre o qual julga ter havido um lapso, enviaram um pedido à REFER para fazer a obra há mais de sete meses, tendo recebido a resposta da REFER na passada semana, sobre qual ele presume que terá havido engano. -----

A Via da Fonte, são necessárias expropriações que demora sempre para cima de um ano. -----

Portando obras que não avançaram porque não foi possível. -----

Relativamente à intervenção do Deputado António Monteiro, com todos os planos que sugeriu que a Câmara faça, as despesas correntes, ou as prestações de serviços, que criticou de serem exageradas, seriam muito maiores. -----

Quanto à intervenção do Deputado José Manuel Ribeiro, disse que a Câmara não anda de Magalhães em punho para dizer que tem paixão pela educação, mas sim andam com obras no terreno e com projectos a serem feitos. -----

Relativamente às AECS, só começaram em Dezembro, porque estava feito o concurso público quando, por despacho da Ministra da Educação, aumento o número de horas que as Câmara tinham que incluir nas suas AECS, tendo que se repetir o concurso. -----

O Senhor **Deputado Alexandre Manuel da Silva Teixeira** disse que não foi a ele com quem o Vice-Presidente da Câmara falou, mas sim com o Primeiro Secretário da Mesa, ausente por razões familiares. -----

Disse de seguida que ele não estava no País, e era necessário agendar uma reunião, tendo o Senhor Vice-Presidente dito que àquela hora não estava disponível, pois já estava fora da Câmara, estando eles a propor as 17 horas.

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** disse que para que conste falou com o Primeiro Secretário da Mesa, Campos Cunha, que lhe transmitiu que era o deputado Alexandre Teixeira que ia à Assembleia, e que naquele momento não podia atender, e na quarta-feira à tarde era, talvez a única hora disponível, 4, 5 ou 6 horas, não sabia qual a disponibilidade. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que ficaram no ar muitas ameaças, uma frase do Senhor Presidente da Câmara recordou-lhe o fim de ano de 2005, quando o Orçamento foi reprovado na primeira versão, tendo feito uma carta às Associações, e aos clubes, a ameaçar que iam fechar a porta porque o Orçamento tinha sido reprovado. Agora vê-o quase a pôr as crianças das escolas a não fazer o desfile de Carnaval, mas se calhar a fazer um desfile pelas sedes do Partidos da oposição, para se queixarem que não vão ter escola porque irão reprovar o Orçamento. -----

Disse de seguida que nota alguma dificuldade do Executivo em contrapor o que foi explanado sobre o Orçamento. -----

A contra argumentação que foi feita, foi só sobre o problema escolar, mas o problema escolar, e o ensino escolar, foi uma transferência de competências do Governo, em que a Câmara executa, não sendo uma iniciativa da Câmara. -----

Disse, ainda, que não é só no próximo ano que vai haver problemas com as escolas, pois visitaram o Agrupamento da Costa, em Ermesinde, e o que foi dito pelo Conselho Directivo, foi que não entraram trinta crianças para o pré-primário por falta de instalações. -----

Provavelmente a alguns dos pais não sabem que os filhos com três anos já podem entrar nesse ensino, porque se não os números aumentavam muito mais. -----

Quanto às obras que estão a ser feitos, como na Escola da Bela, está-se a tirar recreios às crianças, os recreios das escolas estão a desaparecer. -----

Na sua opinião isto acontece porque não há terrenos para ampliar a escolas devido à política de urbanização que a Câmara tem seguido. -----

Relativamente à passagem desnivelada é outra obra que não é iniciativa da actual Câmara, as verbas vêm do Governo Central. -----

Quanto ao Viaduto da Igreja teve oportunidade em conversa com o Vereador

de dizer para ter cuidado com a REFER, sendo até da opinião de que a obra deveria ser comparticipada pela REFER. -----

Quanto ao Orçamento se este não for aprovado o Executivo tem uma vantagem, é que não sendo aprovado aplicasse o orçamento anterior por duodécimos, como a Câmara não conseguiu esgotar as verbas fazendo obra, se funcionar por duodécimos e cumprir o que estava inscrito para 2008, não vai haver problemas. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** começou por dizer que relativamente às actividades extra curriculares todos sabem que é necessário concurso público. Agora ninguém dúvida que existe um alargamento do horário escolar, que as crianças sendo pobres ou ricas passam mais tempo na escola, aliás a pedido dos pais. -----

Disse de seguida que o Presidente da Câmara foi várias vezes a eleições, tendo-as ganho várias vezes, ninguém o está a julgar, pois será julgado em eleições. -----

O problema é que mais tarde, ou mais cedo, quando não há estratégia, quando não se percebe para onde se quer ir, as coisas começam a funcionar mal, o problema é o que é que a Câmara tem para oferecer a uma empresa ou a uma família que venha de fora em contrapartida com os concelhos vizinhos, e isso acontece porque não houve planeamento. -----

Quando o Presidente da Câmara herdou a Câmara não herdou só problemas, herdou também problemas, como a próxima força politico partidária que vier a governar vai herdar coisas positivas e coisas negativas.

Disse, ainda, que quando o presidente da Câmara herdou a gestão do Município havia uma iniciativa interessantíssima, que foi impulsionada, não só com a cobertura do PS, mas muito por uma Vereador da CDU, sobre a questão do teatro. -----

Foi criada uma entidade para estimular o aparecimento de público, tendo o Concelho visto a crescer uma dinâmica em torno do teatro. A Câmara numa fase inicial apoia com toda a pujança o teatro e depois seca, imediatamente a seguir, toda essa dinâmica. -----

Continuou dizendo que há um ou dois anos nas actividades extra curriculares havia abertura por parte da Câmara de levar as crianças às piscinas, e agora não leva, dizendo que não tem transportes. -----

Terminou dizendo que se após o 25 de Abril, o Governo imediatamente a seguir, tivesse investido na educação, após 30 anos não estariam a passar alguns problemas, como o Vale do Ave, e outras zonas, que quando se analisa o problema de fundo é desde logo a falta de qualificação. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Baltazar** começou por dizer que o Deputado José Manuel Ribeiro disse uma verdade de La Palice, que o Senhor Presidente da Câmara é julgado em eleições, mas houve tempos em que o Deputado também foi e os resultados ficaram à vista. -----

Disse de seguida que o Governo deu indicações para que fosse feito investimento no pré-primário, sendo uma decisão da Câmara alargar o

investimento ao ensino básico. -----
Mas, já que vão ter que apresentar um novo Orçamento dentro de um mês, sendo esse o prazo, sugeriu que na revisão do Orçamento para reduzir a rubrica de investimentos no ensino se fizesse um projecto à PS, tipo Ponte de Lima, faz-se um cenário de uma escola, contratasse 50 miúdos, tira-se as fotografias e no dia seguinte levanta-se tudo. -----
O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** disse tratar sempre os assuntos com seriedade, quando foi a Lisboa e o Senhor Primeiro-Ministro fez o desafio dos Jardins Escola, ele disse que ia tentar fazer as escolas de ensino básico, o que o Senhor Primeiro-Ministro achou óptimo. -----
Estão a tentar fazer isso, mas que é mais do dobro, sendo os custos mais do dobro, porque os Jardins Infantis dão mais pequenos e envolvem menos crianças, do que as escolas de ensino básico. -----
Disse de seguida que já só faltam comprar dois terrenos, dos dez que foram necessários comprar, o esforço é grande mas está entusiasmado com o projecto. -----
Quanto à questão do teatro, quem fez o contrato com o grupo de teatro profissional, o Entretanto Teatro, foi ele e não a Senhor Vereadora que esteve na Câmara. -----
Relativamente à ida às piscinas, tentaram sempre facilitar a Isa às piscinas, que aliás é gratuita para as crianças, o que acontece é que têm menos autocarros, e cada autocarro custa 80 mil contos. O Governo decretou que não podem andar mais do que determinado número de pessoas por autocarro, o que faz com que seja necessário o quádruplo ou o quádruplo de autocarros, para transportar as mesmas crianças. -----
Quanto à avaliação espera pacientemente pela mesma. -----
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto 2.1 Orçamento e Grandes opções do Plano, para o ano 2009, sendo reprovado por maioria com dezassete votos contra sendo catorze votos contra do Grupo Municipal do PS, um voto contra do Grupo Municipal da CDU, um voto contra do Grupo Municipal do BE e um voto contra do Grupo Municipal do CDS/PP, catorze votos a favor sendo treze votos a favor do Grupo Municipal do PSD e um voto a favor da Presidente da Assembleia Municipal. Foram apresentadas duas Declarações de Voto uma pelo Grupo Municipal do PS e uma pelo Grupo Municipal do CDS/PP, que se anexam à presente acta, respectivamente como Doc.9 e Doc.10. -----
De seguida colocou á discussão o ponto 2.2 Orçamento e Grandes Opções do Plano dos SMAES, para o ano 2009, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e aprovado por maioria com dezasseis votos a favor sendo, treze votos a favor do Grupo Municipal do PS, um voto a favor do Grupo Municipal da CDU e um voto a favor do Grupo Municipal do CDS/PP, catorze votos contra do Grupo Municipal do PS e uma abstenção do Grupo Municipal do BE, Pelo Grupo Municipal do PS foi

apresentada uma Declaração de Voto que se anexa à presente acta como Doc.11. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.3 Mapa de Pessoal para o ano 2009; -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo** começou por dizer que relativamente ao Mapa de Pessoal tem dificuldade em entender as razões, as justificações, quando elas não existem, quando se cria uma nova estrutura orgânica do pessoal. -----

Disse que as reestruturações têm sempre diversos objectivos a eficácia, a eficiência, a agilidade dos serviços e a redução de pessoal. -----

Considera o que acontece com este Mapa uma coisa espantosa, pois em 2004 a Câmara tinha 806 trabalhadores, em média um trabalhador por cada 100 munícipes, em Dezembro de 2007 tinha 754 trabalhadores, o que significa que entre 2004 e 2007 houve uma ligeira redução, que não acompanhou o que o executivo fez de transferir, para empresas de out sourcing e de factoring, serviços que poderiam contribuir para a redução de pessoal. -----

Com o Mapa apresentado os números que constam são para chegar aos 972, não contemplando os 59 trabalhadores que estão ao Serviço das Águas de Valongo. -----

Projecta-se para o futuro, pois houve uma proposta que foi apresentada na Câmara sendo foi retirada, que era a entrega a empresa privada a manutenção de parques e jardins. -----

Disse, ainda, que no Mapa de Pessoal existem 53 jardineiros, não considerando as chefias de jardineiros, o que quer dizer que quando a manutenção dos jardins for entregue a uma empresa privada, o que se vai fazer a esses trabalhadores. -----

A Câmara aumenta, com o novo Mapa, 137 postos de trabalho, quando as tarefas se reduzem. -----

Num ano de eleições parece-lhe que esses 137 novos postos de trabalho são para satisfazer uns amigos, arranjar um lugarzito que é a altura. -----

Fazem-se concursos anunciados num jornal de fraca expansão nacional, e até regional, que ninguém lê, os concursos são aberto num dia e fecham no dia seguinte. Claro que o quadro está feito e já se sabe para quem é, quem é que vai ocupar o lugar. -----

Terminou dizendo que aumentar um quadro de pessoal numa Câmara, numa empresa pública, que está a reduzir as tarefas, estando a entregar serviços a out sourcing, a empresas privadas, e depois aumentam o quadro de pessoal, aumentando custos, quando se pensava que se iria reduzir os custos com pessoal, vai aumentá-los. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.12. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** disse que com a entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, a Câmara deixa de ter quadro de pessoal, onde estavam plasmadas as necessidades da mesma, e passa a ter o Mapa de Pessoal anual. -----

Nesse Mapa estão inseridos todos os trabalhadores ao serviço da Câmara, nomeação definitiva e contratos a termo certo, bem como planeamento de novas necessidades de pessoal, para o ano 2009, a tempo indeterminado, determinado e parcial. -----

Uma vez que a grande maioria dos contratos irão cessar durante o próximo ano, há necessidade de abrir concursos para prover esses lugares, que têm de constar do Mapa de Pessoal. -----

Do Mapa de Pessoal constam 972 postos de trabalho, dos quais 213 referem-se ao planeamento de postos de trabalho para o ano 2009, e os restantes 759 são trabalhadores efectivos da Autarquia, 89 são contratos a termo certo. -----

Dos 213 postos de trabalho 137 correspondem à contratação de professores para as actividades extra curriculares, para o primeiro período do ano lectivo 2009/2010, e é financiado pela DREN, e um Posto de Trabalho para o projecto Adolescer. -----

Restam 75 postos de trabalho, dos quais 42 referem-se a novos postos de trabalho, 1 assistente operacional de mercados, 1 jurista, 2 assistentes técnicos, para a eventualidade da Câmara assumir as EB 2.3, 1 técnico superior na área da contabilidade, 2 assistentes operacionais operários de sinalização e trânsito, 1 assistente operacional operário, 1 assistente operacional paus, um porta minas, porque havia 2 mas 1 faleceu e outro reformou-se, 1 técnico superior na área geográfica, 1 assistente operacional, 2 assistentes técnicos, e 28 assistentes operacionais, que são as auxiliares de acção educativa, sem os quais as escolas não funcionam. -----

Terminou dizendo que se o Mapa de Pessoal não for aprovado, um número muito razoável de contratados para as actividades extra curriculares terminam os dois anos pelo que terão de ser despedidos. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** começou por dizer as Misericórdias acolhem pessoas não possibilitadas para exercício da actividade profissional, e não com capacidade para actividade profissional. ---

No momento que o mundo atravessa, mais concretamente a Europa, e de uma forma mais sentida em Portugal, se a Misericórdia de Valongo tivesse capacidade económica para dar trabalho para mais meia dúzia, ou uma dúzia, de trabalhadores, mesmo sem ter grande necessidade, o faria. -----

Quando assistem, diariamente, a apelos das mais variadas entidades nacionais, do próprio Governo, pelo Senhor Primeiro-Ministro, para se procurar postos de trabalho, para se procurar dar trabalho aos milhares de portugueses que não têm onde utilizar a sua actividade. -----

Disse de seguida que foi criada uma linha de crédito para os funcionários públicos em dificuldades, para possam socorrer-se, alguns matar a fome, pois há muitos portugueses que se deitam de estômago vazio, e eles, a sociedade, tem obrigação de encontrar meios para combater essas dificuldades. -----

Assim no que se refere ao novo Mapa de Pessoal mesmo que corresse de absorver mais uma dúzia, ou dúzia e meia de trabalhadores, deveriam dar-se por satisfeitos por isso acontecer. -----

Prefere que se deixe de realizar algumas obras municipais, mas que se procure dar a possibilidade de população ter meios para matar a fome a si e aos próprios filhos. -----

Disse, ainda que a protecção aos nossos idosos começa em dar possibilidade às pessoas activas a terem meios de aguentar os seus idosos.

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** começou por dizer que o Deputado Luís Azevedo deveria ir às reuniões organizadas pela Assembleia Municipal, que tiveram o contributo de dois funcionários da Câmara, pois existe uma quantidade de números, aliás há um número claro que foi comparar 806 com 754 e depois com 972, que reflecte sobre posição num conceito de lugares do quadro que agora passou para postos de trabalho. -----

Disse de seguida que foi criado um novo enquadramento passando o quadro de pessoal a Mapa de Pessoal, sendo uma das mudanças mais importantes em vez de terem lugares de quadro, passam a ter postos de trabalho. -----

No que diz respeito aos contratos a termo certo, para a renovação desses contratos, que quando se falava em termos de quadro era um lugar público de ocupação permanente, a partir do momento em que existe postos de trabalho, para se renovar ao longo de um ano um contrato a termo certo é necessário ter, na prática, a duplicação do posto de trabalho, o que faz com que o total seja inflacionado. -----

A partir do momento que se designam postos de trabalho, com as qualificações associadas a cada um deles, permite à Assembleia Municipal auditar de uma maneira muito mais detalhada a utilização do que dantes se chamava quadro de pessoal, porque votavam um conjunto de lugares de quadro e depois deixavam à Autarquia o critério de preencher, ou não preencher, agora existe um número de postos de trabalho efectivos, e novos reduzem-se a quarenta e qualquer coisa, que foram aqui explicados. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** começou por dizer que se trata de um assunto melindroso, porque só quem está no Executivo é que conhece a fundo a questão dos recursos humanos. -----

Disse de seguida que não se pode criar um clima de chantagem, por se está a tentar chantagear os Membros da Assembleia da forma como eles se inclinam a votar. -----

Disse que a nova legislação tem algum tempo que permitia a preparação do Município para a nova realidade. -----

Mencionou que existia uma questão de fundo, pois acabaram de rejeitar o Plano de Actividades para o próximo ano, não fazendo sentido estar a votar o Mapa de Pessoal. Porque, estão a rejeitar, por um lado, as intenções da Câmara do ponto de vista do Plano, e por outro lado a aprovar um documento que tem a ver com o que são as intenções, e aquilo, que a Câmara propões para dar cumprimento. -----

Todos sabem que recentemente se andou à pressa com a questão dos concursos para progressão. -----

A Câmara não dá informação, chega com uma proposta, acabou de ser rejeitado o Plano, e depois cria um clima mental de chantagem.

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** começou por se congratular com a posição do PSD, porque está em contradição com a Líder que quer tudo privatizado, quer emagrecer o Estado. Na Assembleia Municipal o PSD quer mais Estado, que é a posição da CDU e do PCP, o que pensavam que era um fenómeno é uma coisa concreta. -----

Disse de seguida que relativamente às auxiliares de educação o Presidente da Câmara conhece quantas estão a trabalhar ao abrigo dos chamados POCS, que nada têm a ver com o Mapa de Pessoal, porque acabando o fundo de desemprego vão embora, e não tem qualquer custo para as escolas e para a Câmara. -----

Quanta às actividades extra curriculares não se preocupa, porque é uma transferência do Governo Central, estando esses trabalhadores sempre garantidos, o problema está nos outros, oitenta ou setenta e tal, aí é que as suas dúvidas apontam, e são grandes. -----

Outra questão que defende é que o Mapa de Pessoal devia ser apresentado conjuntamente com o Orçamento, pois como se vai preencher o Mapa se a Câmara não tem dinheiro para pagar os salários sem estarem cabimentados. Quando se diz que se tira dinheiro das obras para o pessoal, mas o Orçamento como é feito as verbas para os trabalhadores constam de um capítulo e para as obras outro. -----

Disse ainda que o Orçamento não está aprovado como vai a Câmara buscar o dinheiro para pagar, não aos trabalhadores das actividades extra curriculares, pois esse está garantido pelo Orçamento de Estado, para os outros trabalhadores onde vai buscar o dinheiro. -----

O problema entre o quadro e o mapa de pessoal é uma questão de semântica, o problema é a mudança da Lei, do estatuto do trabalhador que é diferente, por isso se não preencheu até agora as vagas que existiam porquê agora a preocupação. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** disse que a Câmara só tinha dois Assessores, o que não era hábito. ----

Disse de seguida que só 137 correspondem à previsão de contratação de professores para as actividades extra curriculares, e esses são financiados pela DREN, mas existem alguns que são financiados pela DREN. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**

colocou à votação o ponto 2.3 Mapa de Pessoal para o ano 2009, sendo reprovado por maioria com dezasseis votos contra sendo, catorze votos contra do Grupo Municipal do PS, um voto contra do Grupo Municipal da CDU e um voto contra do Grupo Municipal do BE, catorze votos a favor sendo doze votos a favor do Grupo Municipal do PSD, um voto a Favor do Grupo Municipal de CDS/PP, um voto a favor da Presidente da Assembleia Municipal e uma abstenção do Deputado António Artur dos Santos Pais. -----
De seguida colocou à votação o prolongamento da presente reunião sendo reprovado por maioria com dezassete votos contra e catorze votos a favor, agendado de seguida a reunião para a continuação dos trabalhos para o dia vinte e nove de Dezembro. -----
Dando de seguida por encerrada a reunião. -----
Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

A Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º secretário: _____